

Constituinte: Sarney não quer usar os decretos.

Quem garante é um
assessor do presidente.
Enquanto isso,
proliferam as sugestões.



O presidente José Sarney não está se esforçando para conseguir do Congresso Nacional a delegação de legislar por decreto durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Isto porque, segundo um assessor direto do presidente da República, a própria emenda que convoca a Constituinte prevê os trabalhos paralelos das duas Casas — uma voltada para a elaboração da nova Carta e outra para a legislação ordinária.

De acordo com a mesma fonte, o presidente Sarney nega também que tenha sofrido pressões do PMDB para evitar o que ocorreu em Constituintes anteriores, quando foi dado poder aos chefes de governo da época para que

comandassem o processo de fazer as leis ordinárias do País. Do mesmo modo, disse o informante, o Palácio do Planalto desmente a existência de desentendimentos entre Sarney e o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pelo fato de este estar pleiteando acumular as presidências da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte.

Na verdade, pelo que se comenta em vários gabinetes palacianos, existe em uma parte da cúpula do Executivo um nítido interesse em que Ulysses seja reeleito presidente da Câmara dos Deputados, acabando com as pretensões do pernambucano Fernando Lyra, que vê inconstitucionalidade no acúmulo de

cargos. Esse interesse é compartilhado pelo presidente Sarney, que em conversas particulares com Ulysses vem insistindo na tese de que a Assembléia Nacional Constituinte não comporta "duas cabeças distintas no comando", ou seja, um homem da confiança do governo à frente da Constituinte contra um outro que não esteja completamente afinado na Câmara, ou vice-versa. Tanto Sarney quanto Ulysses, adiantaram importantes fontes do governo, concordam em que uma situação desse tipo provocaria "conflitos de administração" na Constituinte, prejudicando os interesses do governo.

"Criatividade"

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) identificou "muita criatividade" na intenção atribuída por alguns setores políticos ao deputado Ulysses Guimarães, de pretender ocupar as presidências da Câmara e da Constituinte para impedir que o presidente Sarney legisle durante a Constituinte.

Santana lembrou que os poderes de iniciativa legislativa do chefe do Executivo não sofrem alterações pela circunstância de estar o Congresso reunido na Assembléia Nacional Constituinte, e ainda: os mecanismos regimentais do processo de elaboração legislativa são impessoais, e a qualquer decisão supostamente irregular do presidente de qualquer Casa do Congresso cabe recurso ao seu plenário, soberano e

última instância de todas as decisões.

Sugestão

Com o objetivo de evitar a persistência do que chamou de "ditadura democrática" — Senado e Câmara reunidos em sessão conjunta sem condições de apreciar os vetos ou os decretos do Executivo por falta de quórum —, o senador José Fregelli (PMDB) defendeu o exame em separado, por cada Casa legislativa, das matérias de iniciativa da Presidência da República.

Fregelli propôs ainda a inversão do ônus do decurso de prazo, "a exemplo do que ocorre nos países efetivamente democráticos", onde as matérias são rejeitadas quando não há número para sua aprovação, e lembrou que o sistema em vigor remonta aos tempos do autoritarismo, não tendo mais sentido sua manutenção.

Nosso analista político, Carlos Chagas, informa que "está surgindo uma luz no fim do túnel, capaz de evitar o caos — o funcionamento simultâneo e regular da Assembléia Nacional Constituinte, Câmara, Senado e, eventualmente, do Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos)". Há uma corrente de parlamentares contra essa possibilidade, e o deputado mineiro Oscar Correia (PFL) está estudando uma proposta, a ser submetida à Constituinte, suspendendo as atividades da Câmara e do Senado enquanto durar o trabalho da Assembléia Constituinte.